



**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCO MACIEL**

PARECER N° , DE 2009

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2008, que *inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria*.

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), foi encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para que sobre ele se pronuncie em sede de decisão terminativa, em atendimento ao comando do art. 91, inciso I, do RISF, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 108, de 2008, que visa inscrever o nome de Rui Barbosa no Livro dos Heróis da Pátria.

A iniciativa guarda amparo na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispôs sobre os critérios de inscrição de vultos históricos naquele Livro.

Não foram oferecidas emendas à proposição, que havia recebido relatório favorável da lavra do Senador Virgílio de Carvalho, em maio de 2008. Diante da redistribuição a este relator, reiteramos os termos da minuta já apresentada pelo nobre parlamentar.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCO MACIEL

II – ANÁLISE

Em sua justificação, o Senador Marconi Perillo, autor da iniciativa, chama a atenção para a representatividade desse grande brasileiro na vida nacional e internacional, como político, jurista de nomeada, humanista, orador dos mais respeitados, por sua eloquência e pela profundidade de suas palavras.

Autor do primeiro texto constitucional da República, foi também de sua lavra o primeiro decreto da nova forma de governo.

Como ativista político, destacou-se na defesa das eleições diretas e na luta abolicionista, cuja bandeira levantou perante o Tribunal Internacional de Haia, com inegável brilho oratório e indiscutível consistência temática.

De fato, nada mais justificável que, quanto ao mérito, apoiar a inscrição do nome de Rui Barbosa no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Sob a perspectiva constitucional, legal e regimental, tampouco há reparos a fazer.

A matéria se encontra disciplinada na Lei nº 11.597, de 2007, e os critérios dela constantes foram plenamente atendidos pela proposição, especialmente no que respeita à defesa e à construção da Pátria "com excepcional dedicação", conforme consta do caput do art. 1º daquela norma.

Não há ofensa à Constituição da República, seja por vício de iniciativa, seja por descumprimento de cláusula pétrea.

Da mesma forma, os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que rege os princípios de técnica legislativa, encontram-se plenamente acolhidos pela proposição.



**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCO MACIEL**

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2008.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 17 (dezessete) votos favoráveis o presente projeto, relatado pelo Senador Marco Maciel.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 2009.

Senador Flávio Arns, Presidente
Senador Marco Maciel, Relator